



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Campinas**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Campinas, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Campinas, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Campinas**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise, sendo que em cada uma das dessas alinha-se às questões referentes as sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de

atuação e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.



- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes dos dados consistem, principalmente, em plataformas de dados públicos como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros, compreendidos em sua versão mais recente. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra estadual de municípios.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A região é integrada por 22 municípios cujo território soma 3.461.589 habitantes, o que representa cerca de 7,5% da população do Estado de São Paulo.

Comparativamente às demais, essa região é a 4ª mais populosa do Estado, embora seja formada por municípios com número de habitantes bastante distinto. No ano de 2019, observa-se que Campinas é a única cidade a ultrapassar a marca de 1.000.000 habitantes, ao abrigar 1.204.073 pessoas, isto é, cerca de 35% do total de indivíduos vivendo na região. Os próximos municípios com maiores populações possuem em torno de 200 mil e 300 mil habitantes, Sumaré, Indaiatuba, Americana e Hortolândia. Um segundo bloco, da 6ª a 9ª colocação (Santa Bárbara d'Oeste, Mogi Guaçu, Valinhos, Paulínia), varia entre os 90 mil e 200 mil habitantes. Daí em diante os municípios possuem menos de 80 mil habitantes e decaem gradativamente até a 22ª colocação ocupada por Estiva Gerbi, com 11.304 habitantes. Existe grande discrepância entre a primeira posição, 17 dos 22 municípios possuem diferença de mais de 1 milhão de habitantes em relação ao município de Campinas. Portanto, algumas características demográficas influenciadas pelo total da população podem não representar o contexto de muitos municípios com menos habitantes.



Quanto ao crescimento populacional, entre 2018 e 2019, a região teve um aumento na ordem de 1,2%, o que a qualifica como o segundo maior crescimento na comparação com as demais regiões de articuladores. Essa variação populacional entre os anos de 2018 e 2019 nos 22 municípios é heterogênea e se intensifica ainda mais em alguns municípios. Com exceção de Paulínia (1ª posição e 2,5% de crescimento) os municípios com maior crescimento são aqueles de menor população (Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna e Indaiatuba), com menos de 60 mil habitantes

Em relação a composição etária e por sexo, se destaca o uso de indicadores como o índice de envelhecimento, razão de sexo e razão de dependência. O índice de envelhecimento da região foi de 53 habitantes com mais de 65 anos para cada 100 jovens com menos de 15 anos, valor similar ao índice médio de envelhecimento do estado de SP. Comparada às demais 27 regiões, Campinas é a 20ª com maior proporção de idosos. No tocante a razão de sexo, o valor do indicador foi de 97 homens para cada 100 mulheres, o que é um valor superior ao índice estadual de 95. Dos 18 municípios com razão superior a 97, 7 deles contradizem a tendência de maioria numérica feminina e possuem a maioria da população masculina (Engenheiro Coelho, Hortolândia, Santo Antônio de Posse,

Estiva Gerbi, Holambra, Cosmópolis, Artur Nogueira e Monte Mor).

A razão de dependência é a menor de todo o estado, com 41,1 pessoas economicamente dependentes (inferior a 15 ou superior a 65 anos) para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa. Apesar da diferença em relação à região com maior razão de dependência (Vale do Ribeira - 49,1) observa-se baixa variabilidade deste índice entre as 28 regiões. Ou seja, existe uma população grande em idade produtiva comparada à população dependente em todo o estado de SP e Campinas possui, proporcionalmente, a maior delas. Como sua população infantil, na faixa dos 0 aos 9 anos, é menor proporcionalmente que a média do estado, ao mesmo tempo em que uma parte da população ativa, na faixa dos 25 aos 40, ultrapassa também a proporção do estado, esse cenário parece ter contribuído para uma população menos dependente.

Coerente com essa base mais estreita da pirâmide, em termos de fecundidade, a região ocupa a 18ª colocação no estado e sua taxa de fecundidade, em 2018, foi de 1,58 filho/mulher (abaixo da média estadual, 1,68). Também seguindo a tendência de inversão da pirâmide as gravidezes mais tardias são proporcionalmente maiores que no estado enquanto as gravidezes precoces são menores na região. Em relação aos índices de



mortalidade, os 22 municípios somaram 20.082 óbitos (6,8% do total estadual), pouco menor que sua representação da população estadual de 7,5%. No tocante à taxa bruta de mortalidade (indicador que revela a proporção do número de óbitos por 1.000 habitantes), a região possui 5,9 óbitos/1.000 habitantes (inferior à média estadual de 6,6), ainda que possua uma população mais envelhecida. Importante, no entanto, se atentar para alguns municípios que não compartilham desse contexto como Itapira, Mogi Mirim e Mogi Guaçu, as maiores em mortalidade bruta, possuem índices superiores em relação à média estadual.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A região apresenta números próximos ou ligeiramente superiores de matrículas por docente quando comparada ao Estado na maioria das etapas de ensino. Situação divergente é observada na educação infantil, que se apresenta muito mais sobrecarregada em matrículas por docente na região. Pode-se caracterizar Campinas como um local dependente do ensino público em todas as etapas de ensino. Nessa linha, existe concentração entre 69% e 96% das matrículas na rede pública dependendo da etapa de ensino (Infantil, fundamental, médio e EJA). Novamente, a educação infantil é a de maior

discrepância em participações de matrículas de escolas públicas comparada ao estado, 6% superior.

Com relação ao ensino profissional e técnico, destaca-se o fato de a modalidade predominante ser o curso subsequente e o curso concomitante ao ensino médio, apesar de ambos estarem sub-representados em matrículas por docente quando comparados ao estado (26% e 43% inferiores). A dependência da rede pública é semelhante à estadual, com 53% das 29.368 matrículas desta modalidade de ensino provenientes da rede pública. Mais de 90% dos inscritos nos cursos técnicos se concentram em áreas que revelam uma possível tendência industrial: Elétrica, Informática e Mecânica. Perfil esse de concentração bem acima do estado. Essa tendência se assemelha também no ensino superior, com perfil mais voltado para a produção empresarial e de negócios, enquanto educação, por exemplo, além de proporcionalmente muito menor, fica abaixo da tendência do Estado. Ainda no ensino superior, a rede privada possui maior representação estadual que a pública, porém quando analisadas as matrículas, as públicas possuem maior participação estadual. Assim como no estado, na região a maioria numérica de matrículas e instituições do ensino superior são privadas. Campinas conta com: 6 instituições



de ensino superior estaduais, uma municipal, nenhuma instituição federal e 36 privadas.

Quanto ao IDEB², atualizado de 2019, 90,9% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, superior aos números também elevados de 85% no Estado. Assim como no estado a Região chama atenção por um grande declínio na qualidade da educação à medida em que se avança dos anos iniciais do fundamental para os finais do ensino médio.

2.3 Características da área de saúde

Os 22 municípios da região respondem por cerca de 8,4% (ou 7.227) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Aqui não é possível concluir se esses estabelecimentos são o suficiente para sua população (3.461.589 habitantes) e para seus 22 municípios. O que é possível verificar é que a região se mostra sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (7,5%). Nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de média complexidade (assim como a média estadual), com disponibilidade em mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Campinas (65,6%). A participação de

atendimento ambulatorial de atenção básica é ofertada em 29,7% dos estabelecimentos frente ao índice estadual de 33%. As outras modalidades de atendimento (ambulatorial de alta complexidade e hospitalar de média e alta complexidade) variam de 3% a 0,5% dos estabelecimentos, ainda que com percentuais pequenos, se situam em proximidade ou superiores a situação média do estado.

A região sinaliza atenção com níveis inferiores de disponibilidade de leitos de internação hospitalar tanto na rede pública do SUS, como na rede privada, além de também estar sub representada em leitos de UTI SUS. A distribuição dos leitos não ocorre de maneira homogênea, os 4 municípios com as menores populações (Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Estiva Gerbi), com cerca de 20 mil habitantes, não possuem nenhum leito de internação hospitalar. Dos que possuem leitos, Monte Mor, Hortolândia e Sumaré são os que mais preocupam, apresentando as menores quantidades de leitos proporcionalmente aos seus habitantes. Da mesma forma, a disponibilidade de respiradores e ventiladores pulmonares demonstrou estar abaixo da média apresentada pelo restante do estado (34,84 ante 39,2 por 100.000 habitantes) o que pode significar um problema para o

² Dados relativos ao IDEB de 2017



enfrentamento da atual pandemia do novo Coronavírus.

As causas mais comuns de internação na região foram: gravidez, parto e puerpério; seguida de doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, além de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. A principal causa, gravidez parto e puerpério, se encontra ligeiramente acima da média estadual, o que destoa da sua taxa de fecundidade inferior à média estadual (1,58% ante 1,68%). Outras internações que se destacaram acima do quociente do estado foram: doenças do ouvido e da apófise mastoide, seguida de fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde e doenças do olho e anexos.

O perfil de mortalidade na região é semelhante ao padrão das internações com maioria dos óbitos causada por: doenças do aparelho circulatório, seguido de neoplasmas (tumores) e doenças do aparelho respiratório, totalizando mais de 60% das mortes na região de Campinas. É importante ressaltar que os tumores apresentaram também incidências superiores ao estado em mortes ao mesmo tempo em que não apareceram nas primeiras causas de internação, o que sinaliza um ponto de atenção. Outras comorbidades, ainda que

não sejam as principais causas de morte, chamam atenção por estarem acima do quociente do estado, com destaque para as doenças do sistema nervoso, que no estado representam 3,7% das mortes, enquanto na região de Campinas representam 4,6% delas. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas também se destacam acima do estado em percentual de mortes.

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos relativamente proporcional à sua representação populacional (7,5%), isso porque esse percentual de participação varia de acordo com o equipamento. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura das políticas de assistência social na região é coerente no CREAS (7,4% ou 22 unidades), no Centro DIA de Referência para Pessoa com Deficiência (8,4% ou 686 unidades) e na Unidade de Acolhimento (7,6% ou 120 unidades) equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Por outro lado, o Centro POP-- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, possui somente 5,4% de

representação estadual, abaixo dos 7,5% da população de Campinas. Ainda abaixo em representação também está o CRAS, com 6,4% ou 73 unidades.

Entre as 227.973 (5,5% do total estadual) famílias cadastradas no Cadastro Único, a região possui um perfil diversificado (indígenas, quilombolas, agricultores familiares, de assentamentos de reforma agrária, de catadores de materiais recicláveis e em situação de rua). A região se destaca pela maior proporção de famílias de catadores de materiais recicláveis em relação ao total de cadastrados (0,88% ou 2.005 famílias ante a média estadual de 0,83%), porém, assim como no estado, verifica-se que o grupo com maior representatividade no CadÚnico são famílias em situação de rua (1,32% ou 3.007 famílias). A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao cadastro único e à extrema pobreza, a região possui menos cadastrados (17,1%) do que a média das demais regiões (23,3%). Dentre os cadastrados, o percentual de habitantes em situação de extrema pobreza também é inferior em comparação ao estado, representando 7,1% do total de sua população, ante 8,7% no restante do estado. Em resumo, comparativamente ao estado a região possui

um menor percentual de pessoas de baixa renda cadastradas e menor percentual de pessoas em extrema pobreza, porém ainda representa um contingente numérico muito relevante de pessoas, em especial em situação de extrema pobreza (244.51 habitantes).

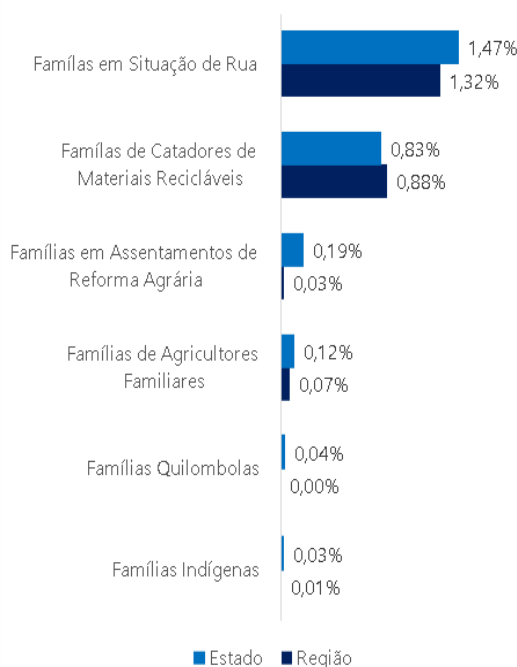


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família. A região ocupa a 4ª posição (ranqueamento do menor para o maior) com aproximadamente 7,8% de sua população recebendo o benefício com um ticket médio de R\$ 62,42. Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em



tempos recentes, devido à pandemia do COVID-19, foi o auxílio emergencial. Campinas ocupa novamente a 4ª menor posição no ranking de beneficiados pelo programa, com 8,1% da sua população recebendo o auxílio emergencial (média estadual de 9%). Assim, é possível perceber que a demanda por auxílio emergencial na pandemia se mostrou maior do que a demanda da população comparada ao auxílio da bolsa família.

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)³, níveis mais elevados para as três dimensões, educacional, saúde e renda quando comparada à média estadual e as demais regiões de articuladores. Em relação ao IDHM, a região se destaca na 4ª maior colocação do Estado. Apesar de ainda acima da média estadual, na classificação dos municípios por grupos de IPRS, Campinas possui uma ligeira queda quando comparada ao IDHM. Em IPRS, enquanto a longevidade (3ª maior) e renda (3ª maior) mantém destaque a educação apresenta mais fragilidade e cai em comparação às demais regiões (11ª maior).

Também no IDH, a educação é a mais frágil e de menor posição (6ª). Essa discrepância se intensifica em alguns municípios da região.

Quando o IPRS da região foi dividido por municípios e posteriormente pela população, em ambos os casos a maioria dos municípios (72,7% e 91,9%) obtiveram classificação dinâmica (renda alta; educação e longevidade média/alta). Na distribuição por população a região obteve níveis ainda mais reduzidos de desigualdade do que a média do Estado.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

Na comparação do PIB da região em relação à média estadual e as demais 27 regiões analisadas, Campinas se destaca com quase 20% a mais do PIB per capita médio do Estado, o que a coloca como o 3º maior PIB per capita de SP e está em linha com os níveis da renda do IDHM e do IPRS da região, que se posicionam como o 4º e o 3º maior. O ponto de atenção aqui e para futuros estudos seria na distribuição dessas riquezas na região e dentro dos municípios. No comparativo entre os municípios pertencentes à região de Campinas podemos perceber grande concentração de PIB

3 O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

per capita no município de Paulínia, correspondendo a 567% da média da região. Enquanto, Artur Nogueira tem o menor PIB per capita da região, correspondendo a somente 34% da média. Além da disparidade entre os municípios, também pode ser interessante para futuras análises um olhar para dentro dos municípios sobre como essas riquezas se distribuem internamente, pois um PIB alto, como o do município de Campinas, não necessariamente indica uma boa distribuição de renda e ausência de desigualdades.

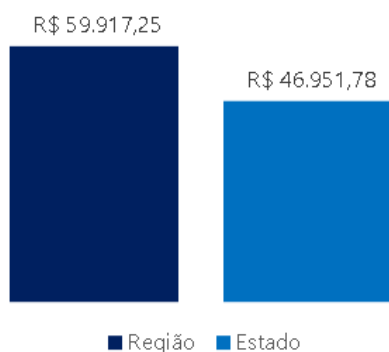


Figura 3: PIB per capita na região de Campinas em comparação com a média estadual

Na análise do PIB setorial, a maior diferença é observada na representatividade da indústria para o PIB regional (34,4% e 2ª região mais industrializada), demonstrando sua vocação para esta atividade econômica que geralmente tende a gerar maiores valores de PIB per capita. Os setores de serviços e comércio são responsáveis por mais de 56% da produção econômica da região, embora menor proporção

em relação à média estadual, representa mais da metade do PIB gerado na região. A representatividade dos setores de agropecuária (0,9%) na composição do PIB regional, é o de maior discrepância negativa comparado à média estadual, menos da metade, indicando que essa não é uma vocação da região. Por fim, Campinas possui uma das menores representatividades do serviço público no PIB, além de alta disparidade em relação aos primeiros colocados que possuem aproximadamente o dobro de participação do setor público. Assim, seria importante investigar com mais profundidade se essa menor participação dos serviços públicos impacta no atendimento das demandas locais e no desenvolvimento da região.

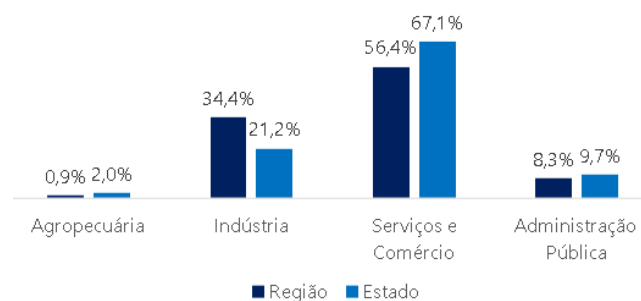


Figura 4: Composição do valor agregado ao PIB na região e no Estado de São Paulo

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que, apesar da distribuição do número total de empresas,

em termos de porte ser similar na região de Campinas e no restante do Estado, verifica-se maior importância de micro, pequenas e médias empresas na geração de vínculos empregatícios na região. Este resultado demonstra que tais classificações de empresas empregam mais pessoas, em média, em Campinas, do que no restante do Estado. A diferença é compensada especialmente no nível de emprego das grandes empresas, que, em média, empregam menos pessoas na região do que no restante do Estado.

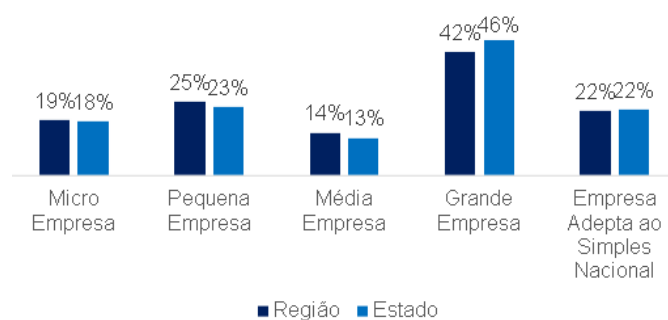


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Campinas

Por se tratar de uma região com PIB mais elevado e mais industrial, o rendimento médio dos trabalhadores formais é superior àquele observado no restante do Estado, independentemente do porte da empresa. A região se destaca como a 3ª maior em rendimento médio (R\$ 3.392,03 em 2018), ou seja, trabalhadores na região de Campinas ganham o equivalente a 104,2% da média estadual no agregado das rendas.

A adesão ao Simples Nacional é igualmente similar ao estado, uma vez que na região 56% das empresas estão incluídas neste regime de tributação ante 57% no restante do Estado.

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente é possivelmente um dos menores no estado. Para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há 423 vínculos formais, o que coloca Campinas como a 4ª região com mais vínculos formais em relação à população em idade economicamente ativa frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEI's). Para analisar a importância das MEI's nas diferentes regiões do estado foram analisados o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 89,1 MEI's registradas para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível intermediário quando comparada as demais 28 regiões. Este indicador variou entre



78 - região de Barretos - até 100 - município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul). Este resultado não dá muitos indícios da tendência empreendedora da região comparada às demais e aliada ao alto índice de vínculos formais. Esse tipo de modalidade jurídica (MEI) é usualmente utilizada para pequenos negócios ou prestação de serviços, portanto é coerente não ter se destacado, uma vez que Campinas apresentou percentual inferior em participação no PIB nessa modalidade.

3.4 Atividades econômicas

A análise dos setores produtivos, por meio do quociente locacional calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, indica que dentre as MPE's as de fabricação de produtos têxteis em Campinas é responsável por gerar quase 3 vezes mais vínculos que a média do estado, representando 2,8% dos vínculos formais nas MPE's e 2% dos vínculos formais totais. Ainda na produção têxtil, 23% de todo o vínculo formal estadual dessa categoria vem de Campinas, sendo a produção têxtil a mais proeminente em seu perfil industrial. Ainda em fabricação, com quocientes pelo menos duas vezes o do estado, temos o refino de petróleo e coquearias, a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, além da fabricação de peças e acessórios para

veículos automotores. Desses, o que possui maior participação nos vínculos totais da região, é a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (3,2%, ou 27.628 vínculos).

Em termos de maior concentração numérica de vínculos, o comércio por atacado e varejo, próximo à proporção estadual, representa 24,8% da economia total da região (211.777 vínculos) e nas MPE's essa também é a categoria de maior concentração, 34,3%, porém ligeiramente inferior ao estado. O transporte terrestre (5,4% dos vínculos totais e 3,5% vínculos MPE's) é o terceiro maior em representação e está ligeiramente superior ao estado. O setor da Alimentação (5,6% dos vínculos totais e 7,6% vínculos MPE's) é o segundo maior e também ligeiramente superior ao estado, porém somente na economia total e não entre as MPE's.

Em relação ao total das MEI's e seus setores, os comércios por atacado e varejo (51.883 ou 23,8% do total), as organizações associativas e outros serviços pessoais (30.910 ou 14,2%), a construção (22.996, ou 10,6% do total), juntamente com o setor econômico e de alimentação (22.369 ou 10,3% do total), representam aproximadamente 60% de todas as MEI's da região. Ainda nessas quatro categorias, todas estão próximas à média estadual, mas a que mais se sobressai é a



construção (1,22 de quociente). Nota-se também que tanto em MPE's como em MEI's a alimentação se destaca. Os maiores quocientes (ainda que com poucas empresas) estão com a Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, com uma MEI das únicas 2 do estado, e extração de carvão mineral e de minerais não metálicos, com duas das 7 MEI's de todo o estado.

Sobre o setor agropecuário, que é um dos pontos focais do SEBRAE-SP, a região de Campinas apresenta participação de 62,7% da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (inferior aos 65% do estado). Dentre os estabelecimentos agrícolas, cerca de 35,1% aderem a algum tipo de associação (superior aos 33,8% do estado), em especial a cooperativas. O que é interessante já que a agricultura não é o foco da região. Quanto à assistência técnica, 41,2% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades, muito similar aos 40% do estado. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (53,7% do total), de cooperativas (23%) e empresas integradoras (11,7%). As assessorias provenientes do governo são as que mais se distanciam para baixo quando comparada ao restante do estado (9,7% na região e 23,7% no estado).

Por fim, em distribuição dos estabelecimentos por atividade, a pecuária e criação de outros animais (30,9%) e a produção de lavouras permanentes (29,9%) são as mais proeminentes. Sendo que, a primeira categoria está 40% abaixo do estado e a segunda, 90% superior, indicando uma possível vocação da região em lavouras permanentes, ainda que a agricultura não seja a principal atividade. Horticultura e floricultura também estão 60% acima do estado em concentração e por outro lado, a participação da produção florestal (plantadas e nativas) representam uma participação 64% inferior.

3.5 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico, a situação estadual é a seguinte: aumento da taxa de desocupação, estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, redução da Taxa de Informalidade e impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas. Os dados entre os meses de janeiro e julho de 2020 revelam que houve

fechamento de vagas formais na região, resultado observado em praticamente todo o estado. Considerando os meses a partir de janeiro e o contexto de pandemia, a região apresentou saldo negativo de -15.888 empregos formais e ligeira recuperação no mês de julho (+1.188).

Campinas demonstrou maior vulnerabilidade que a média do estado em todos os meses, de janeiro a julho. O comércio e a indústria – maiores representantes do PIB da região – foram também os maiores responsáveis pelos percentuais de desligamentos. A agropecuária enquanto apresentou saldo positivo no estado - gerando admissões -, em Campinas, teve percentual negativo. Esse cenário colocou a região como a 8ª maior em empregos formais desligados comparados aos admitidos, com uma movimentação negativa de 14% na geração de empregos formais.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região possui um nível de receita per capita abaixo da média estadual e com grande heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. A região teve uma receita per capita (R\$ 4.215,28) maior do que a observada no estado (R\$ 3.910,65). Entretanto esse índice regional médio parece ter muitas discrepâncias,

15 dos 22 municípios estão abaixo dessa média regional, enquanto outros se destacam para cima. Paulínia, a exemplo, possui receita correspondendo a 360% da média de Campinas, enquanto Sumaré corresponde a somente 63% dessa mesma média. Outra característica regional é a maior dependência de receitas de transferências comparada às médias estaduais. O que parece contraditório, pois o perfil industrial apresentado pela região bem expandido comparado às demais regiões, deveria refletir maiores receitas tributárias próprias.

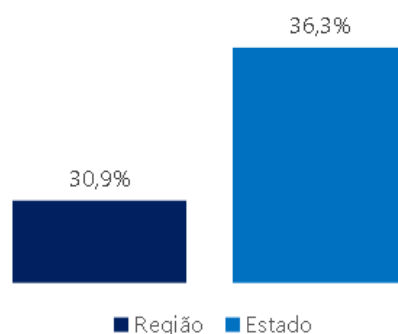


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Na composição das transferências na região observa-se que, em 2018, o percentual de transferências de Campinas foi superior ao padrão do restante do estado com as transferências da região representando 111% do total de transferências do estado. Essas transferências se devem especialmente ao nível estadual (59,9%).

Do ponto de vista das despesas, a região possui um valor de gastos *per capita* superior ao restante do estado (R\$ 3.444,50), a 6ª maior comparada às demais regiões. O perfil de gastos acompanha a distribuição estadual, estando os maiores gastos concentrados nas áreas de Saúde (26%) e Educação (25%). Lembrando que a educação se encontra ligeiramente inferior ao estado (26%) e que foi também a composição do IDHM e do IPRS que recebeu a menor classificação. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado – 48,2% na região e 42,6% na média estadual. Entretanto, isso não impactou diretamente na maior proporção de municípios acima dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, 16 dos 22 municípios estavam, no ano de 2018, em conformidade com a LRF fiscal. Observa-se que 2 dos municípios não apresentavam dados sistematizados e 1 (Paulina) estava acima do limite prudencial de 54%.

Os indicadores de capacidade de pagamento⁴ (CAPAG) municipais mostram que a região possui no geral situação melhor que a média estadual tanto em endividamento, como em

poupança corrente e em liquidez. Ainda assim, a liquidez, mesmo superior em proporção de municípios com notas A, possui maior proporção de municípios com a pior avaliação, notas C. Portanto, esse é um aspecto da capacidade de pagamento que pode ser ainda melhor trabalhado.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

De maneira geral, nacionalmente e dentro do contexto estadual, existe enorme discrepância na implementação dos instrumentos de planejamento setorial, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatária tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Estas duas últimas são ainda menos trabalhadas em Campinas que no restante do estado, não existindo nenhum município com planejamento municipal de políticas para as mulheres e somente 1 com

4 A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

planejamento em segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos (25% superior em Campinas) e habitação (170% superior em Campinas). Estes possuem legislações federais mais recentes, caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida, ou contam com incentivos federais menores, caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Para os municípios de Campinas, exceto nas políticas para mulheres e de segurança alimentar, os níveis de implementação foram similares ou superiores às médias observadas no Estado.

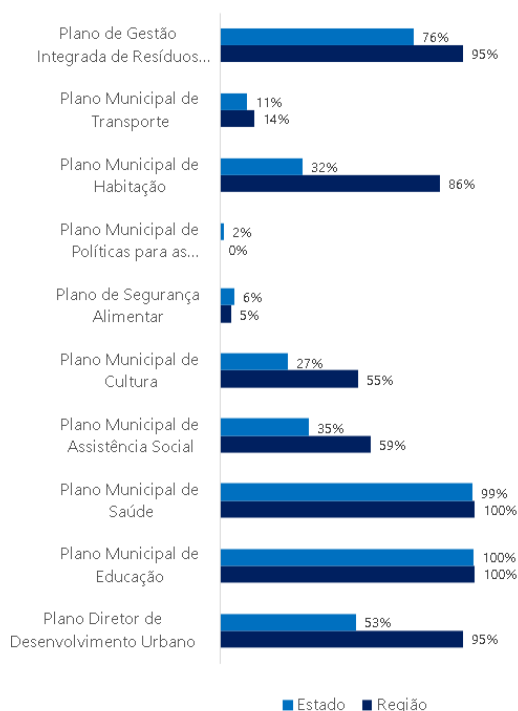


Figura 7: Existência de Planos Setoriais nos municípios por tema

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O nível de participação dos municípios em consórcios pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Todavia, por esse mesmo raciocínio deve-se investigar porquê em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido na média estadual (o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências

voluntárias da União devem estar consorciadas, o que pode gerar indução negativa, embora essa seja uma hipótese a ser mais bem investigada). Campinas, porém, não segue a tendência estadual e possui 55% dos seus municípios consorciados frente aos 16% do estado. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a educação. Ponto de destaque, além de resíduos sólidos, é o grande número de consórcios em gestão das águas, saneamento básico, meio ambiente e turismo, cuja existência na região supera em muito a média estadual e nacional. Com a 5ª maior posição, 81,1% das cidades participam de pelo menos um consórcio. Em resumo, baseado nos dados apresentados pela pesquisa de 2015, a região de Campinas possui, de forma geral, maior propensão ao consorciamento que a média estadual dentro das políticas investigadas. Entretanto, algumas categorias merecem atenção por ainda não serem trabalhadas com consórcios, ou estarem muito abaixo da média estadual, como transporte, habitação, cultura e assistência e desenvolvimento social.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 28 do restante do estado, os dados revelam que Campinas se mostra da seguinte maneira em relação à implementação dos instrumentos de gestão local: a) Lei Geral (77% dos municípios); b) Via Empresa Rápida (77% dos municípios); c) Sala do Empreendedor (50% dos municípios) e; d) presença de unidade do Sebrae Aqui (18% dos municípios)⁵. Estes tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

No uso do poder de compras a região se encontra majoritariamente (32%) em nível intermediário assim como na desburocratização (32%). Em relação aos agentes de desenvolvimento, a região encontra-se avançada (68%) em relação à média estadual (36%). Na Rede Simples, a região ocupa uma posição ligeiramente melhor em relação à média estadual no nível intermediário e pouco menor no básico. Novamente, dada a importância desta temática e a defasagem dos

⁵ Dados disponibilizados pelo ER de Campinas e em fase de revisão final para análise dentro do Mapeamento Técnico.



dados disponibilizados se faz necessário discutir estes resultados com os participantes das oficinas.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva não possuem empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, mas há uma oportunidade para o SEBRAE-SP atuar para que os demais municípios atendam ao disposto na legislação

nacional. Há presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Para o SEBRAE-SP, esses dados reforçam a importância de capacitar as prefeituras para seguir atuando e ampliando suas iniciativas para atender esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Por outro lado, indica que, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras para desenvolver ações de formalização e de estruturação das organizações, por exemplo, por meio de sua inserção como MEIs ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades, como as que envolvem economia solidária e outras propostas alternativas.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são igualmente relevantes. Assim, para o tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante. Por fim, relativo a este tema, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas



idades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para avaliar-se oportunidade de incentivos nessa direção. Esta é mais uma área de atuação para o SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária que representam o Estado, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem e de alta escolaridade. Como resultado, 38,2% se autodeclarou empreendedor e 67,7% afirmou possuir um empreendedor na família, mostrando como esta característica está correlacionada com a gestão municipal. Quase a totalidade dos municípios (97,7%) usa do site da prefeitura para publicidade na gestão das compras e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de um terço afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas e 13,6% afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe um espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela que também frequenta cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Quanto à composição da merenda escolar, na maioria das cidades existem produtores familiares locais (85,4%). A maior parte da alimentação escolar é composta de frutas (89,2%) e vegetais (89,9%), além da presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Campinas é perceptível a maior formalização nas fontes das compras totais e de produtos alimentares na educação. Porém, em relação aos seus mecanismos de compra, Campinas revela o potencial para realização de convênios com a esfera federal que possibilitem a aquisição de alimentos, pois ao que parece, esta é uma fonte de recursos subutilizada na região. Por fim, também o mecanismo pregão na compra de alimentos (63% inferior), pode ser mais bem explorado a fim de otimizar o processo licitatório.

4.7 Inclusão produtiva



A pesquisa de inclusão produtiva mostrou um universo diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades para o SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados predominam três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do

Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, os maiores provedores são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são as despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês. Por outro lado, 15% das cidades atendem, em média, mais de 100 pessoas mensalmente. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para



identificar as possibilidades de aportar apoio às prefeituras, visando ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva em Campinas, mesmo superior aos 15% do estado, ainda possui poucas cidades dispondo de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área, somente 27%. O que demonstra um aspecto a ser melhorado. É significativo o número de cidades com ações de inclusão na região, tanto rural (55% do total) como para a geração de trabalho e renda (64% do total). Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

Na área da inclusão produtiva rural, o fomento a atividades de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos, além de incubação de empreendimento e fomento ao artesanato assumem destaque e superam a média do estado. Por outro lado, assim como no rural, as ações de inclusão envolvendo o associativismo, o cooperativismo e a economia solidária e outros grupos não formalizados carecem de ações de inclusão produtiva, bem como doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho e fomento a empreendimentos individuais urbanos estão sub-representados.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a grande maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (17 das 22 cidades). Destaque para o fato de todas as cidades da região disporem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de acesso a crédito do Proger Urbano, sendo essa uma realidade de apenas um município de Campinas e esse índice, na região, está abaixo da média do estado. Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas 9 dos 22 municípios não possuem iniciativas nesse campo. O foco das ações novamente aparece abaixo da média estadual na representação de projetos de associativismo, cooperativismo e economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Campinas, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Este é o aspecto mais importante. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo – que podem ser as mesmas em todas as áreas – e que se agrava conforme o tema como no caso do cooperativismo, associativismo e economia



solidária, o que indica um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações Finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Campinas é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. A região possui uma das maiores populações do estado (representando quase 7,5%), porém é importante contextualizar localmente pois seu total populacional possui grande variação a depender do município, de mais de 1 milhão de habitantes, para pouco mais de 10 mil. Essa diferença pode impactar no tipo de política pública e na sua replicação.
2. Possui índice de envelhecimento inferior em relação as demais regiões e sua pirâmide etária demonstrou proporcionalmente menos pessoas em idade infantil. Isso, aliado a alta

proporção de população em idade economicamente ativa (associada a processos migratórios) confere à região a menor razão de dependência, ou maior proporção de pessoas em idade ativas, de todo o estado.

3. Dessa população ativa, sua população masculina, em proporção, se sobressai à do estado (ênfase dos 25 aos 39 anos) e se sobressai numericamente à população feminina da própria região (período dos 30 aos 34 anos). O que também pode se associar aos processos migratórios.
4. Em Campinas as mulheres estão tendo menos filhos mais jovens, em especial na adolescência, e mais filhos após os 25 anos quando comparada ao Estado. Ainda assim as taxas de gravidezes precoce (15 aos 19 anos) se assemelham às de 30 aos 34 anos.
5. A região chama a atenção pelas altas taxas específicas de mortalidade entre as mulheres em vários períodos etários: meados dos 0 a 10 anos, entre os 20 anos, depois por volta dos 30 aos 45 anos onde é mais proeminente e, mais tarde, em meados dos 60 anos essa taxa volta a representar mais mortes. Essa discrepância merece atenção das políticas públicas, especialmente voltadas para a proteção das mulheres,



as quais não fizeram parte de nenhum dos municípios no período analisado. Uma possibilidade para o SEBRAE atuar em parceria no planejamento municipal das políticas de proteção às mulheres dando ênfase a essas faixas etárias mais vulneráveis.

6. A sobremortalidade masculina chama atenção em meados dos 10 anos e dos 35 aos 50, enquanto o estado decresce sua taxa, a região cresce em sobremortalidade e ultrapassa o estado. Em partes pode estar relacionada à população majoritariamente masculina nessa faixa etária, porém em idade infantil merece mais atenção.
7. A participação total das mortes (6,8% do total estadual), em geral, é menor em Campinas comparada a sua participação populacional no estado de SP (7,5%), mesmo que proporcionalmente sua população seja mais envelhecida. Alguns municípios, entretanto, não compartilham desse contexto e apresentam mortalidades superiores à média estadual e/ou não possuem o mesmo destaque em envelhecimento.
8. Campinas é dependente do ensino público em todas as etapas de ensino. Nessa linha, existe concentração entre 69% e 96% das matrículas na rede pública dependendo da etapa de ensino (Infantil, fundamental, médio e EJA).
9. Na educação infantil é onde mais se distancia positivamente do estado em proporção de matrículas públicas. Porém, é na educação infantil onde mais se sobressai em sobrecarga de matrículas por docente, chegando próximo dos níveis do ensino fundamental (16,5 e 17,7 respectivamente), onde se encontra a maior demanda por docente.
10. Sobre a qualidade da educação, Campinas proporcionalmente tem mais municípios abaixo da meta do IDEB em relação ao Estado. Existe uma redução drástica na qualidade da Educação medida pelo IDEB, conforme se passa do ensino fundamental (anos iniciais e finais) para o ensino médio. Este é um ponto de vulnerabilidade não só da região, mas de um contexto maior da educação.
11. Em se tratando de estabelecimentos de saúde, não é possível concluir se esses são o suficiente para sua população (3.461.589 habitantes) e para seus 22 municípios, mas é possível verificar que a região se mostra sobrerepresentada quando tal participação (8,5%) é confrontada com a sua parcela na

distribuição da população estadual (7,5%).

12. Campinas se apresenta subequipada quando comparada ao estado, tanto em termos de leitos no total, quanto em leitos de UTI e na disponibilidade de aparelhos respiratórios por 100 mil habitantes. A maior quantidade de leitos e de respiradores advém do SUS. Já a maior parte dos leitos em UTI, estão fora do SUS. Esta situação pode se agravar quando analisada localmente nos municípios.
13. A respeito das internações em Campinas, a principal causa, gravidez parto e puerpério, se encontra ligeiramente acima da média estadual, o que destoa da sua taxa de fecundidade inferior à média estadual (1,58% ante 1,68%).
14. Sobre as principais causas de morte da região, as doenças do aparelho circulatório (IX), neoplasmas [tumores] (II) e doenças do aparelho respiratório (X), totalizam mais de 60% das mortes em Campinas. Desses, os tumores, apesar de superiores ao estado em mortes, não apareceram nas primeiras causas de internação, o que sinaliza atenção. Doenças do ouvido e da apófise mastoide ainda se

apresentaram muito acima do perfil de internação estadual.

15. Em assistência social, Campinas obteve, no geral, cobertura relativa de equipamentos proporcional à fração da sua população representada no estado, com exceção da cobertura do Centro POP, que possui percentual inferior.
16. O perfil no CadÚnico em relação ao perfil do estado indica maior concentração em cadastros de famílias de catadores de materiais recicláveis e de famílias em assentamentos de reforma agrária, o que pode sinalizar possíveis futuras políticas envolvendo o fomento ao associativismo, cooperativismo ou economia solidária para essas famílias. Outra opção seriam os consórcios.
17. Campinas, comparativamente ao Estado, possui um menor percentual tanto de pessoas de baixa renda cadastradas, quanto daquelas em extrema pobreza. Porém, vale ressaltar, que algumas localidades não compartilham desse contexto e que numericamente a região possui expressivas 244.510 pessoas em situação de extrema pobreza. O que sinaliza necessidade de ações para a região, como as de inclusão. Aliado a isso, a baixa participação da região em

Centro POP— Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, é um aspecto com possibilidade de melhora.

18. Em relação ao desenvolvimento humano, Campinas apresentou nível semelhante ou mais elevado que o estado em todas as categorias de IDHM (educação, renda e longevidade). Com destaque para a longevidade, 9% maior que a do estado e ocupando o 2º lugar comparada as demais regiões. Enquanto segundo o IPRS sua posição em relação às demais regiões possui leve queda e a maior posição é referente à renda e não à longevidade. Mesmo que, com índices comparados altos, frente a uma política pública, vale se atentar para discrepâncias nos municípios frente aos altos índices de desenvolvimento da região.
19. Tanto no IDHM quanto no IPRS, a educação é a mais frágil e de menor posição. Essa discrepância se intensifica em alguns municípios da região onde O IDH educação é médio, em 7 dos 22 municípios, e ainda esteve em classificação baixa em 1 dos 22.
20. Campinas possui alta participação no PIB do estado, representando 9% do mesmo e seu PIB per capita é 20% superior ao PIB per capita médio de SP.

Ainda é importante ressaltar que o PIB alto e com grande participação industrial pode não representar todos os municípios da região, mesmo com um PIB alto é possível ter desigualdades. Por isso, o cenário sugere uma pesquisa mais profunda em relação à distribuição das riquezas, inclusive, dentro de cada município.

21. Ainda que a maior representação do PIB advinha dos serviços e comércios 56,4%, a discrepância positiva da região em relação à média estadual é observada na indústria, 34,4%, classificando-a como a 2ª mais industrializada e demonstrando sua vocação para esta atividade econômica que geralmente tende a gerar maiores valores de PIB per capita. O que corrobora com sua renda per capita ser equivalente a 104,2% dessa média estadual no agregado das rendas.
22. Assim como o estado, Campinas possui a maioria das empresas (73%) sendo classificadas como microempresa, seguida de pequenas empresas (15%), grandes empresas (11%) e médias empresas (2%). Também é interessante ressaltar que Campinas possui grande participação no total de empresas do estado, representando 7,8% de todas elas. Já em relação aos vínculos formais

o destaque vai para as pequenas e microempresas. Esse cenário pode ter relação com o perfil etário da região.

23. No geral, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente em Campinas é provavelmente um dos menores do estado, pois para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há 423 vínculos formais, o que coloca a região como a 3ª com mais vínculos formais nessa faixa.
24. Sobre o perfil produtivo, se destacam os comércios por atacado e varejo, as organizações associativas e outros serviços pessoais, a construção e o setor econômico e de alimentação, que juntos representam aproximadamente 60% de todas as MEI's da região. Nota-se que tanto em MPE's como em MEI's a alimentação se destaca.
25. Os maiores quocientes (ainda que não numerosos) estão com a Intermediação financeira, seguros e previdência complementar (uma MEI das únicas 2 do estado) e extração de carvão mineral e de minerais não metálicos (duas das 7 MEI's de todo o estado).
26. Porém as MEI's quando estimadas proporcionalmente aos habitantes, não se destacaram comparadas às demais regiões. Esse tipo de modalidade jurídica, é usualmente utilizada para

pequenos negócios ou prestação de serviços, portanto é coerente não ter se destacado, uma vez que Campinas apresentou percentual inferior ao estadual em participação no PIB nessa modalidade.

27. Ainda em fabricação, com proporções de vínculos pelo menos duas vezes à do estado temos, o refino de petróleo e coquearias, a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, além da fabricação de peças e acessórios para veículos automotores. A fabricação de peças e acessórios para veículos automotores, desses, é a que mais se destaca em número de vínculos (3,2%, ou 27.628).
28. Em relação ao impacto da pandemia do COVID-19, Campinas demonstrou maior vulnerabilidade que a média do estado em todos os meses, de janeiro a julho. O comércio e a indústria – maiores representantes do PIB da região - foram os grandes responsáveis pelos percentuais de desligamentos. A agropecuária enquanto apresentou saldo positivo no estado, e gerou admissões, em Campinas apresentou um percentual negativo. Esse contexto parece importante para que políticas de

enfrentamento às consequências do Covid direcionem seus esforços pensando em possíveis estratégias de inclusão produtiva dessa porção de desempregados correspondente à taxa negativa entre empregos gerados e demitidos.

29. Essa situação de maior vulnerabilidade em Campinas possivelmente teve relação com a demanda por auxílio emergencial que, apesar da mesma colocação comparada às demais regiões, foi maior comparada à demanda por auxílio pelo bolsa família.
30. De forma geral, ainda que a região não se destaque pelo perfil agrícola, Campinas possui majoritariamente estabelecimentos de agricultura familiar no total dos estabelecimentos agrícolas e sua proporção de estabelecimento de agricultores classificados como associados é 4% superior à do estado.
31. A taxa de estabelecimentos agrícolas (familiares ou não) que recebem assistência técnica é semelhante à do estado, porém existe uma sub-representação na origem de assessoria técnica do Governo Federal e das Cooperativas – contraditória ao alto índice de associados.
32. Apesar de a vocação da região não ser a agropecuária, ela ainda se destaca em

relação ao estado, especialmente em lavouras permanentes (90% superior). Essa pode ser uma fonte para políticas de inclusão como aquelas relacionadas à merenda escolar (PNAE), sobretudo pela alta taxa de associações na região.

33. Em relação à receita per capita a região se apresentou acima do estado (R\$ 4.215,28 contra R\$ 3.910,65), o que a coloca com o 5º maior índice comparado às demais regiões. Entretanto, vale ressaltar a heterogeneidade entre as cidades da região (15 dos 22 municípios estão abaixo da média da região).
34. Outra característica regional é a maior dependência de receitas de transferências comparada às médias estaduais. O que parece contraditório, pois o perfil industrial apresentado pela região tenderia a gerar maior nível de receita quando comparado às demais regiões.
35. No geral, Campinas se destacou positivamente no cumprimento fiscal do município ao limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como sobre sua capacidade de pagamento. O que garantiu a 6ª melhor colocação em notas CAPAG A. Ainda assim, a liquidez, possui maior proporção de municípios com a pior avaliação, notas C. Portanto, esse é um

- aspecto da capacidade de pagamento que pode ser ainda melhorado.
36. Quanto aos instrumentos de planejamento municipal (territorial e setorial), há uma implementação superior à média do estado em diversas políticas cuja indução federativa possui exigência legal que a torne mandatária, bem como nas que não possuem exigência. Porém, planos setoriais no tema de políticas para as mulheres chama atenção por não acontecer em nenhum dos 22 municípios da região, o que reforça atenção quando relembra as altas taxas de mortalidade entre as mulheres. Aspectos como violência doméstica ou limitações do sistema de saúde podem ser abordados em pesquisas futuras para possíveis correlações.
37. Campinas, possui 9 entidades associativas de catadores de materiais recicláveis e 282 integrantes. Considerando ainda que o consórcio municipal na região em manejo de resíduos sólidos foi significativamente superior ao do estado, tais entidades associativas possuem destaque em Campinas e indicam possibilidade de atuação em políticas públicas de inclusão.
38. Sobre as compras governamentais, Campinas possui maior formalização nas fontes das compras totais e de produtos alimentares na educação. Porém revela o potencial para realização de convênios com a esfera federal que possibilitem a aquisição de alimentos, pois ao que parece, esta é uma fonte de recursos subutilizada. Também o mecanismo pregão na compra de alimentos (63% inferior) pode ser mais bem explorado a fim de otimizar o processo licitatório.
39. Assim como no rural, na dimensão urbana as ações de inclusão envolvendo o associativismo, o cooperativismo e a economia solidária e outros grupos não formalizados carecem de ações de inclusão produtiva, bem como doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho e fomento a empreendimentos individuais urbanos estão sub-representados.
40. As ações de inclusão produtiva são amplamente utilizadas na região de Campinas. Contudo, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, como no caso do cooperativismo, associativismo e economia solidária. Esta situação indica um espaço de atuação para o SEBRAE-



SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal,

especialmente considerando o perfil de empreendimentos associados da região